

Bruno Latour (2004)
Politiques de la nature. Comment faire entrer
les sciences en démocratie
Paris: la Découverte (poche), 383p.

Epistemologia política em discurso heróico.

Num episódio exemplar, o presidente Chirac intima um académico acerca da controvérsia das “vacas loucas”: “Tome as suas responsabilidades, senhor professor, diga-nos se os priões são os causadores ou não da doença” (p.160). “Como bom investigador”, sublinha Latour, o académico respondeu: “Tomo a responsabilidade, senhor presidente, respondo-lhe que não sei” (p.160).

Chirac é caracterizado como um “modernizador inveterado”, à procura de “essências indiscutíveis”. A essa ciência moderna contrapõe Latour uma outra em que uma “essência” terá de procurar-se num processo em curso. Assim, os priões (proteínas de teor genético) “trazem perplexidade aos investigadores, mas também aos criadores, aos eurocratas, aos consumidores, aos fabricantes de farinha animal, sem falar das vacas e dos primeiros ministros” (sic: diga-se desde já que o estilo empolgante da obra cai frequentemente nesta tonalidade hilariante, do que resulta uma atmosfera algo heróica).

A perplexidade (mantenho os itálicos do autor) é a primeira exigência de um novo colectivo em que uma política da natureza a sério seja discutida, com a participação de todos aqueles actores, incluindo não-humanos, as vacas no caso dos priões (através de porta-vozes humanos, como veremos). Compõem esse colectivo uma primeira câmara que procura conhecer a maior diversidade de propostas, uma segunda câmara que discute a compatibilidade dessas propostas e decide o seu lugar na hierarquia do mundo comum e um terceiro poder que avalia a legitimidade do processo.

A reflexão epistemológica expressa-se, ao longo da obra, num discurso recorrente, onde temas e subtemas já expostos são diversamente reexpostos, sob formas literariamente atraentes. Onde fica a epistemologia? Digamos que a reflexão epistemológica do autor é pertinente, ao propor uma constituição promotora da discussão pública dos problemas ecológicos, mas, demasiado enredada verbalmente, ganharia legibilidade com um formato mais sintético e linguagem mais simples, que interessasse o grande público, já que a obra se reclama de fins democráticos. Aliás, inclui no final, um glossário e um “resumo do argumento para leitores apressados”, que de pouco servirão para quem não decifrar os diferentes capítulos, pois nas várias reformulações de um mesmo conceito, no texto, no glossário, ou no resumo, a propensão para a expressão metafórica e a ambiguidade dificultam a síntese do leitor.

Vejamos em primeiro lugar o ideário e depois um comentário crítico.

O ideário

Que fazer da ecologia política? Latour responde: nada. Pois todos aqueles que esperaram dos movimentos “verdes” uma renovação da vida pública constatam que “a montanha pariu um rato” (sic, p.9). Daí uma segunda pergunta: Que fazer? E responde: “ecologia política, sim”. Ou seja, ecologia política, numa reformulação radical. Assim, se os movimentos ecológicos anunciam o envolvimento (“irrupção”, diz Latour) da natureza na política, Latour lembra que não existe de um lado a política e do outro a natureza:

desde a invenção da palavra, toda a política se definiu sempre pela sua relação com a natureza, de que cada traço, cada propriedade, cada função, dependem da vontade polémica de limitar, de reformar, de fundar, de curto-circuitar, de iluminar a vida pública (p.9).

Os movimentos ecológicos teceram mil laços entre a natureza e a política, reclamando que a vida pública e o sistema de produção se conformem às exigências da natureza, mas tais movimentos encontram-se estagnados num “debate congelado”, “deixaram de pensar” (sic, p.11), pois não conseguem provar nada, nem quanto aos insucessos já vividos, nem quanto aos sucessos futuros, ao juntarem os dois termos, ecologia e política, sem repensar profundamente os seus componentes.

Latour contrapõe que a natureza apenas se torna cognoscível por intermédio das ciências, já que a ecologia é uma “logia” como todas as disciplinas científicas. As ciências são, portanto, um terceiro parceiro entre natureza e sociedade, ignorado pelos movimentos ecológicos para poderem acelerar a sua militância. No fio argumentativo, o autor transpõe para a actualidade o mito da caverna (p.23), a propósito daquilo que se supõe saber (leia-se por parte dos movimentos ecológicos) e não são senão sombras...

Para Latour, na constituição “moderna” do conhecimento, há duas câmaras: a primeira, uma sala obscura onde se encontram ignorantes (Latour diz “ignaros”) que apenas conhecem ficções e a outra, exterior, composta pelos “objectos reais que têm a propriedade de definir o que existe mas não têm o dom da palavra”, entidades desumanas, insensíveis às querelas dos humanos (p.27). Entre as duas câmaras circula um pequeno número de pessoas (as designações de “peritos”, “eleitos”, “sábios” alternam no discurso), capazes de converter a autoridade da segunda câmara na autoridade da primeira. Em suma, os sábios, dotadas da “mais fabulosa capacidade política jamais inventada, a de

fazer falar o mundo mudo, dizer a verdade sem ter de discutir” (p.28), servem, digamos, para fazer legitimar as decisões dos políticos, situados na primeira caverna.

Para erguer uma vida pública que rompa com a caverna, é preciso “inventar uma democracia” que liberte as ciências da “obrigação de servir politicamente a Ciência” (p.32) e que lhes permita desenvolver o seu formidável potencial, “multiplicando os espaços, as arenas, os forums, as experiências, as provas, os laboratórios” (p.75). Latour conclui em tom épico: “A ciência morreu, viva a pesquisa e vivam as ciências. Tudo resta por fazer, mas pelo menos saímos da idade das cavernas!”.

A conferência de Kyoto, em 1997, é exemplo a seguir, pois, ao contrário das duas câmaras tradicionais, juntou numa só “príncipes, grupos de influência, chefes de estado, industriais, sábios e investigadores de todas as disciplinas, para decidir em comum como estava o planeta e como deveríamos comportar-nos doravante com ele para conservar a qualidade do nosso céu” (p.91). Assim as crises ecológicas têm aberto controvérsias entre os especialistas, e os conceitos de ciência e controvérsia passaram a estar unidos.

A ideia-chave da obra é a de que os laboratórios são um “reservatório de democracia” e importa transpor para a discussão política a multiplicidade das vozes que aí se podem ouvir, ao contrário da concepção moderna de ciência que “obriga os blusas brancas a tornar-se sábios, a intervir com autoridade, esquecendo a sua própria perplexidade (p.108)”.

Para uma “política democrática” (e não “imperial”), importa associar humanos e não-humanos num mesmo colectivo, em que “um rio, uma manada de elefantes, um clima, El Niño, um presidente de câmara, uma autarquia, um parque, apresentam proposições ao colectivo” (sic, p.124), e em que sejam, “tomadas de posição” e não “formas acabadas de factos brutos indiscutíveis”. Nesse sentido, se antes aos sábios cabia definir os

factos e aos políticos e moralistas compete definir os valores, se aos primeiros cabia definir a verdade e aos segundos o bem comum, agora a discussão em conjunto das propostas de uns e outros permite a procura de um bom mundo comum, do cosmos (p.138). Em síntese, em vez de um universo, o autor aponta uma realidade exterior assumida por múltiplas vozes, um pluriverso, ou, em vez de um mononaturalismo, um plurinaturalismo.

Propõe por isso um colectivo com duas câmaras ou dois poderes (diferentes das antigas duas câmaras), a que se juntará um terceiro poder que descreverei posteriormente:

- Uma primeira câmara de consideração (“prise en compte”), com duas exigências, a da perplexidade, acima exemplificada na resposta do investigador ao presidente francês a propósito dos priões, e a da consulta, segundo processos a reinventar e a fazer funcionar nos laboratórios, nas assembleias políticas, no mercado, na administração pública, que no seu conjunto concorram “para a produção de vozes autorizadas ou balbuciantes” (p.161).

- Uma segunda câmara de ordenamento (“ordonnancement”), com uma primeira exigência de publicidade da hierarquia (que nos caso dos priões, envolve, como vimos, criadores, eurocratas, consumidores, fabricantes de farinha animal), pois só “uma íntima familiaridade com a controvérsia acerca da existência destes candidatos” permite medir a importância e a diversidade das propostas (p.162), mas também depois “pôr-lhes fim através de uma sucessão dolorosa de ajustamentos e negociações”. Por isso, a segunda exigência desta câmara é a do fechamento da instituição, em que todas as propostas serão “estabilizadas” (p.163). O discurso de Latour parece peremptório para o exemplo referido: “Não se discutirá mais sobre a sua presença, a sua importância, a sua função: o prião e as suas aplicações terão doravante uma essência de fronteira fixa”.

Comentário

As ciências ou os cientistas “jogam um papel indispensável nas seis funções do colectivo” (p.196), mas com contribuição dos outros corpos especializados (políticos, economistas, moralistas). Mas se a perplexidade e a controvérsia são as primeiras exigências do processo, a terceira, da publicidade da hierarquização das propostas, é seguida por um fechamento irreversível determinado pela “chambre de ordonnancement”.

Mas diz-se depois que “a ecologia política pode confiar as questões que não soube resolver hoje a uma retomada, amanhã, do processo de composição” (p.258). O que parece moderar a irreversibilidade anterior e alinhar com uma concepção provisória do conhecimento, à maneira de Popper (aliás, Latour, no glossário, define “essência” como “solução provisória”), pelo alargamento à vida pública do debate até aqui reservado aos cientistas, numa trajectória de aprendizagem que permite “passar através de provas e saber um pouco mais” (p.259).

Esta problemática de um debate científico alargado a todos os cidadãos não é nova, designadamente na cultura francesa, desde o desafio de Bachelard a uma sociedade feita para a escola em oposição a uma escola feita para a sociedade (1938, 1989), à proposta mais recente de Prigogine e Stengers acerca de uma ciência que, ao contrário da ciência moderna, não encare o mundo como um objecto a dominar, mas vise uma “nova aliança” entre a história dos homens e a aventura exploradora da natureza (1979). Stengers retoma depois essa problemática, sublinhando a “inseparabilidade” entre a qualidade democrática e a qualidade racional da controvérsia científica (1995). A perplexidade do conhecimento, ideia central nesta obra de Latour, foi também tratada por Prigogine em “O fim das certezas” (1996).

Importa pertinentemente incentivar o debate sobre a relação ciência/sociedade (Duarte, 2004), incluindo nesse debate a insinuação pós-modernista de que a física moderna (com origem em Galileu, Newton) seja um retrocesso contra a unidade natureza/ho-

mem das épocas grega e medieval... O que há de novo em Latour é assumido desde o início do livro pela proposta de constituição de um colectivo integrado por três poderes que institucionalize a aliança homens/natureza, de modo que as questões científicas e as questões políticas sejam discutidas “como uma só questão” numa democracia em que todos os actores (isto é, todos os que agem numa dada área) têm direito ao embarço da palavra, ou seja, à perplexidade, e à consulta (as duas exigências da primeira câmara).

Essa primeira câmara ou esse primeiro poder procura activamente conhecer a maior diversidade de propostas. Uma segunda câmara discute a sua compatibilidade e decide o seu lugar na hierarquia do mundo comum. Um terceiro poder acompanha a legitimidade procedimental dos outros poderes. O funcionamento de todo o colectivo parece depender sobretudo da função dos corps de métier (cientistas, economistas, políticos e moralistas), trabalhando sob o signo da controvérsia a exemplo dos laboratórios. Se a primeira câmara pretende alargar o debate a todos os actores de uma determinada área de actividade, o que parece fundamental nesta constituição é o equilíbrio entre o direito à controvérsia e a hierarquização de todas as propostas pela segunda câmara. Só quando o dispositivo não funciona, se faz apelo ao terceiro poder, que “não possui aos tributos de potência mas os da fraqueza” (p.265), ao qual, como poder procedimental forte, cabe “fazer retomar o trabalho de colecta das propostas e de julgamento sobre a qualidade das aprendizagens” (p.269).

Terminemos com algumas notas sobre o estilo, a confirmar referências anteriores. Exemplos de estilo metafórico: as “espadas” das antigas querelas passam a “charruas” de um debate público promissor (p.117), pois há que erradicar a “tradição guerreira” (p.120), ou o “combate para contrôlo do mundo comum” (p.123). As ambiguidades são frequentes que o leitor tem de resolver em momentos posteriores ou anteriores, “ajudado” pela redundância do discurso. Na p.27 ao mencionar duas câmaras, a primeira é “essa sala obscura desenhada por Platão

em que ignorar se encontram acorrentados sem poderem olhar-se”, e a segunda câmara compõe-se “exclusivamente de objectos reais que têm a propriedade de definir o que existe mas que não têm o dom da palavra”. Mas os “objectos reais” têm a propriedade de definir o que existe? O leitor compreenderá depois que essa definição é feita pelos sábios, mas o estilo de Latour é, pelo menos, complicado...

Em oposição ao mito da caverna, importa fazer uma repartição dos poderes, numa redistribuição dos papéis entre políticos e cientistas e tomando a sério as diversas “logias” e “grafias”, pois todas as disciplinas científicas, duras ou moles, contribuem (note-se, a seguir, a visão metafórico-alegórica) para “tornar os mundos capazes de escrever e de falar, como numa alfabetização geral das entidades mudas” (p.104). E nessa marcha apologética da argumentação parece por vezes que todas as contribuições se equivalem, as dos políticos e as dos sábios. Mas noutros momentos, o autor mostra consciência da distinção: “é estranho que a filosofia política, tão obcecada pelo seu logocentrismo, não tenha visto que a maior parte do logos se encontrava nos laboratórios” (p.104).

Não se estranhe que um leitor francês, com currículo científico, em publicação electrónica (Baquias, 2004), tenha exclamado que é mais fácil, sobre ecologia, ler livros em inglês... Uma economia discursiva (“difícil” para certos percursos académicos...) daria outra legibilidade a esta obra de inegável sentido pedagógico-democrático. Em termos de Popper:

Deveríamos ter orgulho em ensinar a nós próprios a falar o mais simples, clara e despreziosamente possível e a fugir como da peste da sugestão de que possuímos um conhecimento demasiado profundo para ser expresso com simplicidade e clareza (1999:140).

José B. Duarte
j.b.duarte@netcabo.pt

Referências bibliográficas:

- Bachelard, G. (1938, 1989). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Vrin.
- Baquias, J.-P. (2004) *Les automates intelligents (...)*. Revue 36: Logo Admiroutes.
- Duarte, José B. (2004). *Égide das ciências físicas ou das ciências sociais? Notas sobre a cooperação amigável-hostil entre cientistas, a propósito da obra de B.*
- Sousa Santos. *Revista Lusófona de Educação*, 3, 127-130.
- Popper, K. (1999). *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70.
- Prigogine, I. e Stengers, I. (1979), *La nouvelle alliance*. Paris : Gallimard.
- Prigogine, I. (1996). *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob.
- Stengers, I. (1995). *L'invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion